



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 116ª reunião, realizada em 28 de setembro de 2018

1 Em 28 de setembro de 2018, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Anderson Silva de Aguiar, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público estadual: André Port Artur de Paiva Torres, da
7 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Enio Resende de
8 Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9 (Seapa); Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de
10 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
11 (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde
12 (SES); Hélcio de Miranda Baptista, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur);
13 Marília Jardim de Sousa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Luciano
14 José Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
15 Representantes do poder público municipal: Antônio Marcos Generoso Cotta, da
16 Prefeitura Municipal de Itabirito; Reginaldo Mendonça Junqueira, da Prefeitura
17 Municipal de Belo Horizonte; Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de
18 Betim; Cléa Amorim de Araújo, Prefeitura Municipal de Araçuaí; Max Miller
19 Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha; Romeu
20 Souza da Paixão e João Paulo Silva Oliveira, da Prefeitura Municipal de Viçosa;
21 Juliano César Nascimento Xavier, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara;
22 Antônio Carlos Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Antônio
23 Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Representantes dos
24 usuários de recursos hídricos: Luiz Humberto de Freitas Souza, do Departamento
25 Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae); Renato Júnio Constâncio, da
26 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães e
27 Silvana Mônica Vaz, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa);
28 Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
29 de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das
30 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto
31 Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho e Maria Aparecida
32 Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
33 (Abragel); Jadir Silva Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de
34 Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação de Pescadores e
35 Aquicultores do Sapucaí (Apas); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Instituto
36 Açúcar Brasil (IABr). Representantes da sociedade civil ligada aos recursos hídricos:
37 Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do

38 Triângulo Mineiro (Angá); José de Castro Procópio, do Instituto Guaicuy - SOS
39 Rio das Velhas; Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu
40 (Mover); Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia (CRBio);
41 Rayssa Cordeiro Figueiredo e Leonardo José de Resende Teixeira, do Conselho
42 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Valter Vilela Cunha, da Associação
43 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da
44 Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Leonardo Campos de Assis, da
45 Universidade de Uberaba (Uniube); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de
46 Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
47 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino
48 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Anderson Silva de Aguiar
49 declarou aberta a 116ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos
50 Hídricos. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Valter Vilela
51 Cunha: “O meu comunicado é simplesmente uma prestação de contas. Eu fui
52 indicado por este Conselho, em 13 de março de 2018, para compor o Grupo
53 Coordenador do Fhidro. Passados mais de seis meses, eu não recebi nenhum
54 comunicado, de nenhuma reunião, então, não sei se fui aceito ou se não teve
55 reunião. Mas há seis meses que eu estou esperando algo, e nada saiu até agora.
56 Então, é simplesmente a prestação de contas.” Presidente Anderson Silva de
57 Aguiar: “Obrigado, conselheiro, mas eu já lhe faço a resposta de que no
58 momento daquela reunião, quando houve a indicação, a indicação é também com
59 o aceite. Sobre as reuniões, elas fazem parte do calendário de trabalho, e
60 podemos verificar depois e dar uma resposta por e-mail.” Conselheiro Edson de
61 Oliveira Vieira: “Eu trago alguns informes e um questionamento, com relação à
62 região Norte de Minas. Primeiramente, nessa terça-feira, nós tivemos uma
63 reunião no Jaíba, na qual foi apresentado um projeto que vai ser feito, um estudo
64 das águas subterrâneas da região. É um estudo extremamente importante, uma
65 região com um poder agrícola muito grande, com uso de água subterrânea muito
66 grande, uma vez que o principal rio, o Verde Grande, corta na região e tem um
67 sumidouro, e até então não se sabe para onde essa água vai. E a ANA, junto
68 com a CPRM e me parece que o IGAM está nesse processo também. Mas é um
69 estudo grande, de três anos, bem complexo. Teve uma apresentação na
70 Prefeitura de Jaíba com a plenária bem cheia, e está sendo muito bem-vindo e
71 oportuno esse trabalho. O segundo ponto é com relação ao fim do racionamento
72 de água na cidade de Montes Claros. Eu estive conversando rapidamente aqui, o
73 Nelson da Copasa já me adiantou que teve uma reunião, ontem, uma
74 apresentação, e infelizmente eu não pude participar e nem fiquei sabendo dessa
75 reunião. Mas me parece que tem a ver com o funcionamento do sistema Pacuí.
76 Vai captar água no rio Pacuí abastecendo a cidade de Montes Claros em parte da
77 demanda. Nós sabemos que o reservatório já está bem baixo, e eu queria, no
78 momento oportuno, que a Copasa pudesse trazer alguma informação, não sei se
79 seria neste momento agora dos comunicados. Porque, se eu não me engano,
80 esse projeto teria uma outorga sazonal de captação no período de cheias para

81 evitar ou pelo menos reduzir a captação da barragem de Juramento, que já há
82 alguns anos vem com os níveis bem baixos. E nessa época do ano, pelo que eu
83 entendi lá atrás, quando começamos a ter um pouco mais de contato com esse
84 projeto, não haveria captação, e simplesmente foi feita a suspensão do
85 racionamento. Então, não sabemos até que ponto essa água que está vindo do
86 Pacuí vai, efetivamente, contribuir ao ponto de cessar o racionamento e se isso
87 também não vai contribuir para baixar ainda mais o nível de água da barragem de
88 Juramento. No momento em que se puder ser feita uma explanação, porque não
89 temos tido as informações. As pessoas com quem eu tenho contato na Copasa
90 estão de férias ou sempre em reunião, e nesta semana eu não consegui essas
91 informações de forma mais apurada. Até mesmo uma coisa que eu venho
92 batendo aqui há mais tempo, essa divulgação dos níveis de Juramento, que
93 pudesse ser publicizada, que pudéssemos ter acesso. Até mesmo para favorecer
94 e ser um aliado no processo de gestão de água, na questão do consumo. Para
95 termos uma noção, um acesso fácil à sociedade. É lógico que não é toda a
96 sociedade que sabe dessas informações ou tem noção do que significa, mas uma
97 vez que temos essa informação disponibilizada do nível da barragem, nós temos
98 noção do quão é importante manter o uso eficiente dessa água.” Conselheiro
99 Nelson Cunha Guimarães: “Realmente, o Edson conversou comigo, e não
100 tivemos tempo hábil para esclarecer as dúvidas, mas eu acho que é um assunto
101 pertinente, que é de interesse de todos, e é bom mesmo que possamos colocar
102 para toda a audiência essa situação de Montes Claros. Há cerca de um ano e
103 meio, foram feitas várias audiências em Montes Claros, com a Câmara de
104 Vereadores, e na época do projeto estava se defendendo um projeto para
105 incrementar o abastecimento de água de Montes Claros, diante de uma situação
106 de escassez, que é real e crônica no Norte Minas, mas uma situação crítica que
107 se encontrava o reservatório de Juramento. Foram estudadas várias alternativas
108 para abastecimento, alternativas também que pudessem dar uma segurança para
109 o abastecimento da cidade a curto prazo. A solução escolhida, então, foi o
110 Sistema Pacuí, que foi outorgado, e uma das condicionantes da outorga é, claro,
111 a manutenção do residual do reservatório. E toda a filosofia, a concepção do
112 projeto, é justamente essa que o Edson está colocando. Ou seja, faz-se uma
113 captação maior no período chuvoso, com uma redução de vazão no período
114 seco, de maneira que o reservatório pudesse aproveitar o máximo possível de
115 volume no seu armazenamento. Essa é a concepção do projeto e é essa a
116 concepção operacional do sistema de Montes Claros. Há mais de um ano, já foi
117 noticiado que esse projeto estaria pronto no mês de agosto. Nós iniciamos essa
118 operação no início de setembro, fizemos alguns testes, e, na realidade, o sistema
119 tem uma outorga, se não me engano, de 345 l/s ou 350 l/s, o que seria uma
120 vazão máxima de captação, desde que garantidos os 399 l/s de residual. Ou seja,
121 nós começamos a operar o sistema. A vazão que está sendo captada no Pacuí
122 está entre 80 l/s e 135 l/s, a vazão que está sendo operada. Vamos colocar na
123 média uns 100 l/s. E possibilitou o final do rodízio de Montes Claros, porque o

124 reservatório de Juramento está em uma situação muito melhor do que nesse
125 mesmo período no ano passado. O reservatório hoje – eu não estou preparado
126 com todos esses dados atualizados – está em torno de 26%, me parece, o que é
127 uma situação bem melhor do que estava no ano passado. E possibilita, sim, já
128 que vai iniciar o período chuvoso, que possamos terminar esse rodízio, já que a
129 ideia é que, no período chuvoso, as vazões no Pacuí vão estar mais elevadas,
130 nós vamos estar tratando uma vazão na sua capacidade máxima. E, no caso, o
131 planejamento é que no período chuvoso não se faça a captação de Juramento,
132 para que ele possa estar se recuperando. Tem todas as modelagens que são
133 feitas nessa operação. E nós temos ainda uma outra situação que não está
134 sendo utilizada no momento, que também é uma alternativa que nós só temos no
135 período chuvoso, que ajuda toda essa projeção de abastecimento de Montes
136 Claros. Porque nós temos no Verde Grande uma captação sazonal também, que
137 está do lado da estação de tratamento de água de Montes Claros, que permite,
138 no período chuvoso, uma captação de 100 l/s a 500 l/s. Essa captação também
139 só funciona no período chuvoso, mesmo porque agora, nesse período seco, esse
140 trecho lá está praticamente seco, totalmente seco. É um cenário que não é de
141 agora, já era uma meta desde o início da concepção, que permitiu essas ações
142 da Copasa lá no município. Eu até falei com o Edson que, infelizmente, o site da
143 Copasa hoje tem apenas o monitoramento dos reservatórios da região
144 metropolitana. Nós temos uma situação complicada de logística para
145 operacionalizar em tempo real esses valores do reservatório de Juramento na
146 internet. Aqui em Belo Horizonte conseguimos a transmissão de dados pelo
147 pessoal do site para dar essa publicidade desses volumes. Mas estão à
148 disposição esses dados, e já falei até várias vezes para o Edson que, sempre que
149 ele precisar, ele pode me ligar. Provavelmente também, vou estar em reunião,
150 mas pode mandar um e-mail, que eu respondo.” Conselheiro Leonardo Romano:
151 “Eu gostaria só de registrar alguns pontos, que nós temos tido um avanço muito
152 importante no setor através de parcerias e do apoio dos órgãos do Estado. Neste
153 ano, nós tivemos um seminário com a SEMAD e com os órgãos da Seapa para
154 nivelamento do pessoal das Suprams com relação à interpretação e ao
155 andamento dos processos de licenciamento, e já temos notícias concretas. Hoje
156 mesmo eu tive notícia de um licenciamento feito na região de Divinópolis, e
157 percebemos claramente que o pessoal está entendendo melhor as regras, que
158 está havendo uma padronização do entendimento. Então, isso é um avanço. E
159 outra coisa, que eu gosto sempre de dizer quando tenho oportunidade, é o olhar
160 que queremos que as pessoas deem para a atividade de aquicultura. É uma
161 atividade que usa água, uma atividade que é considerada não consuntiva, que
162 não consome água. E as pessoas têm uma preocupação muito grande, e eu acho
163 que têm que ter, com o impacto ambiental da atividade. Eu gosto de dizer
164 também que o primeiro que precisa e tem a preocupação com esse impacto é o
165 empreendedor. Porque qualquer coisa que ele fizer de errado em termos de
166 qualidade de água, ele está prejudicando o próprio trabalho dele, está dando um

167 tiro no pé. Então, essa visão eu acho que precisa ser divulgada para as pessoas
168 enxergarem isso. As pessoas têm que seguir as regras, mas são as guardiãs dos
169 recursos. E outro ponto importante que eu gostaria de destacar é a questão da
170 DN 217, que substituiu a 74, que representa uma evolução também, facilitou
171 bastante o processo de licenciamento. Então, nós estamos muito otimistas com
172 os avanços. Agora, finalmente, eu quero registrar um tema que continua sendo
173 uma preocupação, que precisamos da ajuda de vocês, que é a questão dos
174 parques aquícolas, que continuam com o limite de capacidade bloqueando os
175 novos licenciamentos. Nós temos interagido com a ANA, com a Seap, que o
176 órgão em nível federal, mas precisamos de uma ajuda do Estado para resolver
177 isso. Ou esses parques aquícolas são ocupados ou eles liberam a capacidade.
178 Eu quero registrar isso, porque esse é um ponto crucial sobre o qual nós
179 contamos muito com apoio de vocês. Foi colocada aqui como Associação dos
180 Aquicultores do Sapucaí, mas na verdade hoje nós estamos terminando a
181 formalização, e essa entidade está virando 'Peixe MG', uma entidade que vai
182 congrega toda a cadeia produtiva do Estado de Minas Gerais. Por questões
183 burocráticas, continua com esse nome, mas em breve vai ser 'Peixe MG',
184 justamente para fortalecer e ser porta-voz da cadeia." Presidente Anderson Silva
185 de Aguilar: "Muito obrigado pelo reconhecimento do trabalho que nós estamos
186 fazendo nesses últimos anos. Nós fizemos um grande programa de capacitação
187 do Sisema no ano de 2017, que tem continuidade neste ano com temas mais
188 específicos. No ano passado, foram temas mais genéricos. Neste ano, temas
189 mais específicos. Assinamos também um termo de convênio junto com a Seapa,
190 que é grande parceira da SEMAD, e também na ocasião era o MAPA, para fazer
191 o treinamento e também a capacitação dos aquicultores no Estado de Minas
192 Gerais. Esse convênio está ainda em execução. E trazer para você uma
193 novidade, que dos parques aquícolas não tem nenhuma pendência da SEMAD,
194 tem do governo federal. São três parques aquícolas no Estado de Minas Gerais,
195 para um deles a licença já foi deferida. Nós tínhamos uma dificuldade porque não
196 conseguimos avançar para a fase de LI com a fase de LO. A mudança da
197 legislação, tanto o Decreto 47.137, de janeiro de 2017, e agora em 2018 uma
198 renovação, aprimoramento, modernização e racionamento das atividades e dos
199 procedimentos, o Decreto 47.383 trouxe todos esses avanços. E obviamente a
200 DN 217, que trouxe e propiciou também que conseguíssemos trabalhar com os
201 processos de licenciamento. E nessa linha da modernização, racionalização, que
202 nós estamos implementando, um dos parques aquícolas já foi deferido, a licença
203 já está entregue à União, e os outros dois que estão pendentes a União deve
204 informação, e nós temos cobrado constantemente. Eu sou testemunha disso
205 porque eu mesmo fui a Brasília por três vezes tratar esse assunto, e estamos em
206 vias de indeferir os processos porque a União não tem trazido as informações
207 solicitadas. Ainda está no tempo de prestar as informações, mas neste momento
208 a pendência é da União e não do Estado. Só a título de informação, e que a
209 associação possa também nos ajudar para o andamento do processo."

210 Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “O fato é que as pessoas que participam
211 desses colegiados em Minas Gerais, inclusive do Conselho Estadual, existem
212 pessoas que criticam muito o Estado. E eu queria fazer aqui um reconhecimento
213 pelo trabalho que vemos o Estado de Minas Gerais desenvolvendo através da
214 SEMAD, capitaneado pela Marília e pelo secretário de Estado, Germano. E ciente
215 dos benefícios que estão acontecendo. Agora mesmo, há dois meses, foi eleita a
216 diretoria nova do CBH Paracatu, e fomos prontamente atendidos até o momento
217 pelas demandas que têm surgido na nossa região. Como eu creio que boa parte
218 dos companheiros aqui sabe, o rio Paracatu é o principal afluente do rio São
219 Francisco, e, no ano passado, nós tivemos uma boa parte da calha do rio seca, e
220 neste ano estamos caminhando para a mesma situação, vários municípios com
221 problema de abastecimento público, inúmeros empreendimentos paralisados por
222 causa da questão da água na bacia. E é um problema que está acontecendo país
223 afora. Inclusive, eu faço parte de mais dois Comitês – até o Paranaíba Federal,
224 PN1, Afluentes Mineiro do Alto Paranaíba –, e o problema é praticamente o
225 mesmo. E nós como entes públicos de Estado, de Comitês de Bacia, membros
226 de colegiados, temos que trabalhar conjuntamente com o Estado. É o que está
227 acontecendo com o CBH Paracatu. Nós conseguimos, nos últimos meses, a
228 instalação de duas telemétricas automatizadas no rio. Já existia uma, agora tem
229 mais duas, e tem a proposta de instalar mais quatro ou cinco estações manuais,
230 que são as regras, para tentar conhecer o rio. O Ministério Público está nos
231 ajudando também, está tentando levantar recursos para mais umas cinco
232 telemétricas automatizadas. Com isso, nós vamos ter, nessa parceria com o
233 IGAM, a possibilidade de fazer uma gestão bacana e profissional para que
234 tenhamos água para todos. Inclusive, essa diretoria que foi eleita no CBH
235 Paracatu, o nome da chapa é ‘Água para todos’. Porque nós entendemos que
236 embora o rio corre, embora tenhamos vários problemas no território etc., tem
237 como ter água para todos na bacia. Para isso, temos que ter gestão, e essa
238 gestão nós sentimos que está acontecendo com apoio do IGAM. Inclusive, foi
239 decretado, há um mês e pouco, uma área de conflito em uma das áreas mais
240 críticas da Bacia do Paracatu, na região do rio Escuro. E nós acreditamos que,
241 embora os problemas sejam números e tendem a se avolumar, o IGAM,
242 capitaneado pela Marília, vai conseguir trazer esse alento para nós. Nós temos
243 que reconhecer isso e dizer para os companheiros que esperamos que nas
244 próximas reuniões o pessoal venha comparecer ao Conselho Estadual como está
245 comparecendo aqui hoje. Esperamos que possamos unir forças com o Estado,
246 com a Marília, com o secretário Germano, para que possamos transformar esse
247 pesadelo que temos vivido há anos em uma realidade diferente. Porque a gestão
248 de águas depende de nós, e dá para fazer um trabalho legal, principalmente
249 entendendo que somos entes públicos de Estado e não defendemos interesses
250 pessoais aqui dentro. Só complementando, o apoio aos Comitês de Bacia. Agora
251 estamos evoluindo, e neste ano eu acho que vamos estar com a casa em ordem
252 para fazer um trabalho bacana a partir do ano que vem.” **4) POSSE DOS NOVOS**

253 **CONSELHEIROS PARA O MANDATO REFERENTE AO TRIÊNIO 2018/2021.** O
 254 presidente Anderson Silva de Aguiar fez a leitura do termo de posse dos novos
 255 conselheiros do Plenário do CERH. Foram empossados os seguintes
 256 conselheiros: Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de
 257 Saúde (SES); André Port Artur de Paiva Torres, da Secretaria de Estado de
 258 Planejamento e Gestão (Seplag); Anderson Silva de Aguiar e Marília Carvalho de
 259 Melo, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
 260 (SEMAD); Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de
 261 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
 262 (Arsae); Enio Resende de Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura,
 263 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Marília Jardim de Sousa, da Secretaria de
 264 Estado de Educação (SEE); Hécio de Miranda Baptista, da Secretaria de Estado
 265 de Turismo (Setur); Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Betim;
 266 Reginaldo Mendonça Junqueira, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;
 267 Antônio Marcos Generoso Cotta e Miguel Ribon Júnior, da Prefeitura Municipal de
 268 Itabirito; Cléa Amorim de Araújo, Prefeitura Municipal de Araçuaí; Romeu Souza
 269 da Paixão e João Paulo Silva Oliveira, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Antônio
 270 Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio; Juliano César
 271 Nascimento Xavier, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Max Miller
 272 Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha; Antônio
 273 Carlos Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Edson de Oliveira
 274 Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas
 275 Gerais (UFMG); Rayssa Cordeiro Figueiredo e Leonardo José de Resende
 276 Teixeira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Tales
 277 Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia (CRBio); Valter Vilela Cunha,
 278 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Leonardo
 279 Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube); Antônio Giacomini
 280 Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá);
 281 José de Castro Procópio e Paulo José de Oliveira, do Instituto Guaicuy - SOS Rio
 282 das Velhas; Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);
 283 Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Luiz
 284 Humberto de Freitas Souza, do Departamento Municipal de Água e Esgoto de
 285 Uberlândia (Dmae); Renato Junio Constâncio e Dênio Drummond Procópio, da
 286 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da
 287 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva
 288 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
 289 (Faemg); Odorico Pereira de Araújo e David Lucas de Oliveira, da Federação das
 290 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto
 291 Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho e Maria Aparecida
 292 Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
 293 (Abragel); Jadir Silva Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de
 294 Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação de Pescadores e
 295 Aquicultores do Sapucaí (Apas); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Instituto

296 Aço Brasil (IABr); Luciano José Alvarenga, do Ministério Público do Estado de
297 Minas Gerais (MPMG). **5) FUNÇÃO E ESTRUTURA DO CERH-MG -**
298 **REGIMENTO INTERNO (DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH Nº 44/14). O**
299 **PAPEL DO CONSELHEIRO NO CONSELHO E DESTE NA SOCIEDADE.**
300 **Apresentação: Procuradoria Jurídica do IGAM.** Valéria Ferreira Borges/IGAM
301 fez apresentação sobre função e estrutura do Conselho Estadual de Recursos
302 Hídricos e acerca do Regimento Interno. O conteúdo da exposição foi
303 disponibilizado no site da SEMAD. Em seguida, o procurador do Estado Adriano
304 Brandão de Castro registrou a seguinte complementação sobre atribuição da
305 Procuradoria do IGAM: “Em complemento ao que a Dra. Valéria expôs
306 brilhantemente aqui para todos nós, existem também as Câmaras Técnicas no
307 âmbito do CERH que, por conta do Regimento atual, conta com a presidência
308 alternada de um dos senhores conselheiros. E é uma praxe já há alguns anos,
309 pelo que me reportaram, um dos servidores lotados na Procuradoria do IGAM
310 comparecer para auxiliar os trabalhos. Eu estou elaborando, em conjunto com a
311 equipe, uma instrução de serviço para nortear a atuação deles e gostaria de
312 esclarecer o porquê disso e contar com a compreensão e colaboração dos
313 senhores. A Procuradoria do IGAM – assim como a procuradoria de todas as
314 autarquias e fundações do Estado e as assessorias jurídicas dos órgãos da
315 administração pública direta – é por força de lei unidade setorial da Advocacia
316 Geral do Estado, e as atribuições da Procuradoria são legais, vêm desde a
317 Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Complementar 75/2004 no
318 âmbito do Estado de Minas Gerais. Dentre elas não está a participação em
319 conselhos ou câmaras técnicas. O que há é uma colaboração da Procuradoria do
320 IGAM com as Câmaras Técnicas no âmbito do CERH. E a atuação dos
321 servidores da Procuradoria do IGAM tem que se limitar a um auxílio do ponto de
322 vista jurídico. Não pode confundir, nem os assessores falam em nome da
323 Procuradoria, porque é uma unidade setorial da AGE, como eu falei, nem podem
324 substituir as funções próprias dos conselheiros. O Conselho não é de natureza
325 jurídica, é um conselho técnico, tanto que alguns dos senhores podem até ter
326 formação jurídica, mas não estão aqui por isso, estão aqui representando os
327 diversos segmentos. E sempre que estamos na administração pública, atuamos
328 com base em normativos, em portarias, decretos, instruções de serviço, leis em
329 sentido estrito, leis em todos os sentidos. Mas isso não torna jurídicas as
330 questões discutidas, porque senão todo mundo aqui seria formado em direito. E
331 não é isso que acontece. Então, o fato de se estar diante de uma discussão que
332 permeia, que passa por algum ato normativo, não significa que a Procuradoria do
333 IGAM tenha que falar, porque, se ela fizer isso, estará se substituindo aos
334 conselheiros. É essa preocupação que eu estou tendo e gostaria de deixar claro
335 para os senhores que será normatizada em uma instrução de serviço. A
336 atribuição, basicamente, do servidor da Procuradoria do IGAM é assessorar a
337 Presidência nas questões regimentais, nas questões que envolvam o Regimento
338 Interno, os trabalhos e tudo mais. Sem prejuízo de, havendo, efetivamente, uma

339 questão jurídica que demande uma análise, ser submetida à Procuradoria do
 340 IGAM. Eu estarei à disposição para fazer a resposta do questionamento jurídico
 341 para auxiliá-los, porém temos que observar todo esse fluxo e levar formalmente,
 342 por meio da Diretoria Geral do IGAM, o questionamento à Procuradoria do IGAM
 343 para que seja respondido. No dia a dia dos trabalhos aqui, o assessoramento que
 344 será prestado pelos servidores do IGAM, repito, será circunscrito a
 345 esclarecimentos sobre o Regimento Interno, sob pena, repito, de o servidor da
 346 Procuradoria do IGAM, indevidamente, atuar dentro das decisões do Conselho e
 347 que são inerentes aos seus conselheiros.” **6) RECOMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS**
 348 **TÉCNICAS DO CERH-MG (TRIÊNIO 2018/2021). Apresentação: IGAM.** Após
 349 apresentação pela SEMAD nesta sessão, o Plenário do Conselho Estadual de
 350 Recursos Hídricos aprovou por unanimidade a seguinte composição das
 351 Câmaras Técnicas do CERH para o mandato de 2018 a 2021: Câmara Técnica
 352 Institucional e Legal (CTIL): Semad, Arsae, MPMG, Prefeitura Municipal de
 353 Patrocínio, Prefeitura Municipal de Betim, Prefeitura Municipal de São João do
 354 Manteninha, Fiemg, Faemg, Ibram, Instituto Guaicuy, CRBio e Uniube. Câmara
 355 Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG): Semad, Arsae, Setur, Prefeitura
 356 Municipal de Itabirito, Prefeitura Municipal de Patrocínio, Prefeitura Municipal de
 357 Santa Bárbara, Fiemg, Faemg, Copasa, Angá, Crea e ICA/UFGM. Câmara
 358 Técnica de Planos (CTPLAN): Semad, Arsae, SEE, Prefeitura Municipal de
 359 Araçuaí, Prefeitura Municipal de Itabirito, Prefeitura Municipal de Rio Pomba,
 360 Cemig, Fiemg, Faemg, Mover, Abes e UFU. **7) EXAME DA ATA DA 115ª**
 361 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 115ª reunião do Plenário do
 362 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 4 de maio de 2018, com
 363 abstenção da Prefeitura Municipal de Patrocínio. **8) PROCESSOS**
 364 **ADMINISTRATIVOS DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E**
 365 **DELIBERAÇÃO. 8.1) Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A. Barragem**
 366 **do Sabão I para disposição de rejeito. Serra do Salitre/MG. Processo de**
 367 **retificação de vazão de outorga nº 23750/2015. Apresentação: Supram**
 368 **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Outorga concedida por unanimidade nos
 369 termos do parecer da Supram, com abstenção do Ministério Público. **8.2) Galvani**
 370 **Indústria, Comércio e Serviços S/A. Projeto Salitre. Mina de fosfarenito.**
 371 **Serra do Salitre/MG. Processo de outorga para captação de água**
 372 **subterrânea para fins de rebaixamento de nível de água nº 24720/2016.**
 373 **Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Outorga
 374 concedida por unanimidade nos termos do parecer da Supram, com abstenção
 375 do Ministério Público, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura
 376 de Patrocínio, Instituto Guaicuy e DMAE Uberlândia. Aprovada por unanimidade
 377 a inclusão da seguinte condicionante: “O rebaixamento não poderá avançar na
 378 porção da margem direita do córrego Caeté, sem a devida regularização
 379 ambiental, uma vez que a simulação do rebaixamento do lençol freático indicou a
 380 possibilidade de interferência nas nascentes 26 e 27 pertencentes à Bacia
 381 Hidrográfica do Rio Araguari. Prazo: durante a vigência da outorga.” **Solicitação**

382 **de conselheiros.** Conselheiros do Plenário do CERH registraram solicitação à
 383 Secretaria Executiva para que seja melhorada a qualidade das imagens e dos
 384 mapas apresentados nos processos em geral e avaliada a possibilidade de
 385 disponibilização de arquivos em KMZ. Registrada ainda solicitação para que os
 386 processos submetidos à análise dos conselheiros sejam acompanhados de
 387 resumo de seu conteúdo, histórico de tramitação, motivações, pareceres,
 388 decisões e encaminhamentos para orientar a análise pelo Plenário. **8.3) Cemig**
 389 **Geração e Transmissão S/A. PCH Xicão. Campanha/MG. Processo de**
 390 **outorga para aproveitamento hidrelétrico nº 6188/2010. Apresentação:**
 391 **Supram Sul de Minas.** Outorga concedida por unanimidade nos termos do
 392 parecer da Supram, com abstenção do Ministério Público. Registrado
 393 impedimento da Cemig. **9) CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA**
 394 **APRIMORAMENTO DO INSTRUMENTO DE COBRANÇA PELO USO DE**
 395 **RECURSOS HÍDRICOS. Apresentação: IGAM.** Após apresentação pelo IGAM,
 396 o Plenário do CERH aprovou por unanimidade a criação de um Grupo de
 397 Trabalho para o aprimoramento do instrumento de gestão no Estado de Minas
 398 Gerais com base em recomendação aprovada pela Câmara Técnica de
 399 Instrumentos de Gestão (CTIG) após analisar recomendação encaminhada pelo
 400 Ministério Público. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro, representante da
 401 CTIG, destacou a necessidade de participação do Ministério Público na
 402 composição do GT e da criação de uma agenda no Estado para a discussão do
 403 aprimoramento do instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos. Após a
 404 criação do Grupo de Trabalho, nesta sessão, ficou estabelecido que a Secretaria
 405 Executiva do CERH deverá encaminhar e-mail aos conselheiros para indicação
 406 de membros para compor o GT. **10) ADEQUAÇÃO DA DELIBERAÇÃO**
 407 **NORMATIVA CERH 28/2009, QUE TRATA DOS PROCEDIMENTOS PARA**
 408 **ANÁLISE E EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE RESERVA HÍDRICA E DE**
 409 **OUTORGA PARA FINS DE APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO, À LUZ DAS**
 410 **ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES OCORRIDAS EM ÂMBITO FEDERAL PARA AS**
 411 **CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS (CGHS) COM POTÊNCIA**
 412 **INSTALADA DE 1 A 5 MW. Apresentação: IGAM.** Deliberação normativa
 413 aprovada por unanimidade nos termos apresentados nesta sessão, após
 414 apresentação pelo IGAM. **11) ASSUNTOS GERAIS.** Marília Carvalho de
 415 Melo/IGAM: “Hoje, como é de conhecimento da maioria dos conselheiros, nós
 416 publicamos um edital de chamamento público para entidades que vão prestar
 417 apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica nos próximos três anos, aqueles que
 418 não têm cobrança pelo uso da água. Hoje, terminou o prazo para apresentação
 419 de recursos, e nós não tivemos nenhum recurso apresentado. Agora já temos
 420 dois lotes resolvidos, os lotes 1 e 3, o que significa um investimento de R\$ 16
 421 milhões nos próximos três anos, o que dá aproximadamente R\$ 150 mil por ano,
 422 por Comitê, em apoio para o funcionamento dos Comitês. Eu queria trazer esse
 423 informe para este Conselho.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Eu vou fazer
 424 aqui agora a leitura de posse dos conselheiros que chegaram posteriormente e

também a retificação, em especial do professor Edson, que eu li errado o nome dele. A primeira retificação: na qualidade de conselheiro titular do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, Edson de Oliveira Vieira. Na qualidade de primeiro suplente, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), Geraldo Vitor de Abreu. Outra retificação agora, em tempo hábil, na qualidade de titular, representando a Prefeitura Municipal de Patrocínio, Antônio Geraldo de Oliveira.” Conselheiro Renato Junio Constâncio: “Só informar aos colegas que hoje saiu no ‘Diário Oficial do Estado’ uma portaria que alteramos uma condicionante da PCH Rio de Pedras, e essa alteração da condicionante, que muda a regra operativa, foi uma solicitação de um GT que foi criado dentro do Comitê do Rio das Velhas, um GT chamado ‘Com Vazão’. Usuários diretos ligados ao assunto – Vale, Cemig, Anglogold, Copasa –, o IGAM e a diretoria do Comitê, estudando a situação da Rio de Pedras, no rio do Peixe, o ‘Sistema Peixe’, da Anglo, nós estamos fazendo uma gestão compartilhada e integrada dos pequenos reservatórios existentes a montante da captação de Bela Fama, da Copasa, e alteramos a regra operativa da Rio de Pedras para permitir uma reserva estratégica, para que em momentos de crise, de baixas vazões na captação de Bela Fama, da Copasa, que é a fio d’água, permitir a operação em momentos de baixa vazão dentro de uma gestão integrada entre todos esses empreendimentos, esses empreendedores que operam os reservatórios a montante de Bela Fama. É um trabalho bacana, inédito, muito bem conduzido pelo Comitê, na posição do nosso presidente Polignano. Eu faço parte da diretoria, nós, a Copasa, fazemos parte do GT Com Vazão. É um belo exemplo. E parabenizar também a disponibilidade do IGAM, que atendeu prontamente a nossa demanda. É um exemplo de gestão. Uma mini sala de situação da ANA que existe no São Francisco, e nós fizemos uma mini sala de situação para o Velhas.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu só gostaria de saber com relação ao Grupo de Trabalho que vai ser formado para a questão dos aprimoramentos da cobrança, como vai ser o procedimento de chamar, se vocês vão fazer uma chamada, como vai ser esse procedimento.” Marília Carvalho de Melo/IGAM: “Nós vamos encaminhar, via Secretaria Executiva, um e-mail para manifestação de interesse dos conselheiros em participar.” Conselheiro Luiz Humberto de Freitas Souza: “Eu gostaria apenas de manifestar uma preocupação em relação à publicação do ato governamental representando o CBH Araguari. Não sei nem se posso representar, porque o Comitê, de fato, está parado. Foram estabelecidos os novos conselheiros, mas o ato ainda não foi publicado. A preocupação, de fato, é que nós temos projetos que estão parados. A CTPLAN, que é a Câmara Técnica de Planejamento desse Comitê, estava a toque de caixa. E temos dois editais para serem lançados. Um edital foi lançado, e não tivemos projetos aprovados, porém ele vai ser relançado, está sendo trabalhado para isso. E um outro edital que temos, para cadastro técnico de redes em municípios com menos de 20 mil habitantes. Inclusive, esses municípios já foram escolhidos, determinados por meio desse edital. Então, eu gostaria de deixar aqui

468 esse manifesto, essa preocupação em função desse ato que não sai.”
469 Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Só manifestar uma preocupação minha,
470 porque eu acho que essa convocação saiu na sexta-feira, no final da tarde, é uma
471 convocação para uma reunião ordinária. Eu acho que tem um prazo mínimo, mas
472 poderia talvez ter saído antes. Eu não sei se foi problema de pauta. Saiu na sexta
473 à tarde, no e-mail institucional, e, quando fomos ver a convocação, já estava na
474 segunda-feira, para decidir quem vinha. Hoje eu nem poderia estar aqui. E tem a
475 compra da passagem. Quando eu vi o preço da passagem, que eu poderia estar
476 indo para os Estados Unidos com o valor para vir de Montes Claros para cá, eu
477 fiquei desconfortável. Então, pelo menos as reuniões ordinárias, que já temos um
478 cronograma estabelecido, que possam ser feitas com antecedência maior para
479 diminuir esses custos e as pessoas se organizarem de uma certa forma.”
480 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Fica colocado o seu pleito, e nós vamos
481 atender ao máximo de forma a fazer a publicação de convocação no maior tempo
482 possível. Mas, só para falar do período regimental, eu pedir que a Vânia se
483 manifeste, por favor.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “A reunião
484 ordinária tem dez dias úteis de antecedência para convocação, a extraordinária
485 tem prazo reduzido para cinco dias úteis. Na realidade, nós convocamos a
486 reunião para dar posse a vocês porque já estávamos com o Conselho montado
487 com todas as indicações de todas as representações. Esse espaço que usamos
488 aqui é da Codemig, e até tentamos para a semana que vem, para fazer esta
489 reunião, mas, em função do período eleitoral, o TRE vai estar usando este
490 espaço aqui para justificativa de voto e informar os eleitores. Como era o
491 interesse do Sisema que vocês tomassem posse, até para darmos continuidade
492 aos nossos trabalhos. E devemos ter uma reunião extraordinária também para
493 vencer a nossa pauta. Nós pedimos desculpa por qualquer inconveniente, mas foi
494 muito importante a presença de vocês, e eu agradeço todo o empenho.”
495 Conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira: “Eu quero acompanhar o Luiz aqui
496 também. Com relação ao PN1, está sem publicar. Nós estávamos com a Câmara
497 Técnica discutindo a questão da cobrança, dos Afluentes Mineiros do Alto
498 Paranaíba. Como a Secretaria Executiva está dentro da prefeitura, há uma
499 cobrança muito grande do pessoal, ‘parou a discussão da cobrança’, os
500 conselheiros perguntando todo dia em que dia vão tomar posse. Isso atrasa a
501 questão das discussões no PN1.” Conselheira Cléa Amorim de Araújo: “Eu só
502 gostaria de saber – é a primeira vez que eu estou participando – se tem um
503 calendário de reuniões anual.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Tem, sim.
504 Hoje é o dia da posse dos conselheiros. Nós vamos marcar outra reunião, e
505 nessa reunião vai ser apresentado um calendário anual, com dia, data e horário
506 das próximas reuniões, que vai ser aprovado.” Conselheiro Antônio Giacomini
507 Ribeiro: “Eu pergunto sobre os Grupos de Trabalho que estão em andamento.
508 Nós temos o GT de Monitoramento, com uma reunião no dia 9. Agora, como se
509 dá a recomposição? Tem o GT das Áreas de Restrição de Uso também, e alguns
510 conselheiros não fazem mais parte. Qual é a formalização que devemos dar para

511 esses procedimentos.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Nós vamos ter a
512 primeira reunião, em que vai ser decidida a presidência das Câmaras Técnicas, e
513 nesse momento vai ser definido pela continuidade desses GTs.” Vânia Mara de
514 Souza Sarmiento/SEMAD: “Nós temos dois GTs em andamento, relativos às
515 Câmaras Técnicas do CERH. Um é o de Restrição e o outro é da criação da
516 Câmara de Monitoramento. Nós vamos convidar os novos integrantes do CERH –
517 até conversei com a Valéria, da Procuradoria Jurídica – para integração essa
518 composição, e os demais que não fazem parte da nova composição que foi
519 aprovada aqui hoje serão convidados a permanecer, até em função de uma
520 continuidade do trabalho que já vem sendo desenvolvido nesses GTs.”
521 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “O convite vai ser feito no âmbito da
522 Câmara Técnica, respectiva, do GT.” Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Ainda
523 no seguimento do ponto nº 9, já que foi sugerida pela CTIG a participação do
524 Ministério Público no GT a ser criado, eu só queria deixar a nossa mensagem de
525 que isso vai ser levado em conta e que vamos estar abertos à participação no
526 GT. No mais, boas-vindas a todos, e que nós tenhamos dois anos de bons
527 trabalhos.” **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
528 tratados, o presidente Anderson Silva de Aguiar agradeceu a presença de todos
529 e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marília Carvalho de Melo
Presidente Suplente do Plenário do CERH